

Política

Crise Carlos Eduardo Cardoso, sobrinho de FHC, diz que seu escritório não foi favorecido pelo governo

Cardoso nega favorecimento oficial

Orivaldo Perin
Do Rio

O advogado Carlos Eduardo Vianna Cardoso, sobrinho do presidente Fernando Henrique, disse ao Valor que a relação entre a Casa da Moeda do Brasil e o escritório Cardoso & Bosco Advogados Associados, que durou de 1989 a 1997, não teve "nenhum tipo de influência" do presidente da República. "Basta lembrar que em 1989, quando o contrato começou a vigorar, meu tio estava na oposição", afirma. O escritório era comandado por seu pai, Antonio Geraldo (irmão de Fernando Henrique) e por João Bosco de Medeiros Ribeiro. Em 1994, quando Antonio Geraldo faleceu, Carlos Eduardo assumiu como sócio-gerente. "Não me lembro as datas com exatidão mas quando o contrato original estava expirando, a Casa da Moeda nos chamou para a renovação, que foi comandada pelo doutor Bosco. Não participei da negociação. Comecei a negociar meu desligamento do escritório em outubro de 1997, saindo dois ou três meses depois", diz.

O convite feito ao escritório de advocacia para renovação do contrato coincide com o ingresso de Tarcísio Jorge Caldas Pereira (irmão de Eduardo Jorge, ex-secretário geral da Presidência da República) na Casa da Moeda. Tarcísio entrou na empresa em 1994, como diretor de produção, tornando-se presidente em janeiro de 1996.

Na ação popular que corre na 27ª Vara Federal no Rio propondo a anulação do contrato e a re-

posição de perdas ao erário, há documentos que mostram com clareza a ligação de Cardoso & Bosco com a Casa da Moeda a partir de 1994, contrariando o que disse o porta-voz da Presidência da República, Georges Lamazière, que considerou "uma indignidade" reportagem publicada por Valor constatando a existência do contrato. Lamazière alegou que no período do contrato, de 1989 a 1994, Fernando Henrique não era presidente.

A duração do contrato até 1997 é confirmada por um ofício de 3 de novembro de 1994 pedindo retificação de honorários em cartas de 12 de setembro de 1994 e de 7 de outubro de 1994. Em outro documento, com data de 23 de agosto de 1996, Cardoso & Bosco envia recibo de honorários no valor de R\$ 240.688,63. E, com data de 9 de janeiro de 1997, há um termo de quitação de verbas honorárias entre as duas instituições. Na emissão de todos estes documentos, a presidência da Casa da Moeda era exercida pelo irmão de Eduardo Jorge, que só deixou o cargo no dia 4 deste mês.

Carlos Eduardo afirmou que só atuava na área processual no escritório Cardoso & Bosco. "Desa relação com os clientes, mesmo quando meu pai era vivo, quem cuidava era o doutor Bosco. Todos os honorários eram negociados por ele. Eu assumi como sócio-gerente em 1994 apenas para poder cumprir tarefas comuns numa empresa, como assinar papéis na ausência do outro sócio, assim por diante", disse Carlos Eduardo.



A Casa da Moeda manteve contrato com o escritório Cardoso & Bosco entre 1989 e 1997. Ministério Público contesta honorários recebidos pelo escritório

Trabalhando atualmente no escritório Fernando Ximenes Advogados, o sobrinho de Fernando Henrique lembra que tanto Bosco quanto seu pai eram bem relacionados. "Nunca houve necessidade de interferências para o escritório conseguir clientes. Fora a Casa da Moeda, não havia em nossa clientela nenhuma empresa do governo. Aliás, também no escritório onde trabalho atualmente, não temos nenhu-

ma empresa estatal como cliente", disse. Segundo Carlos Eduardo, a presença da Casa da Moeda na lista de clientes do escritório Cardoso & Bosco deve ser atribuída unicamente à relação de João Bosco de Medeiros Ribeiro com o presidente da Casa da Moeda em 1989, Lício Farias.

Sobre a nota oficial da Casa da Moeda, que confirma o pagamento de R\$ 500 mil ao escritório e revela que os honorários de

Cardoso & Bosco poderiam chegar a R\$ 8 milhões, Carlos Eduardo comentou que a fixação de honorários advocatícios depende de uma série de fatores comuns a causas trabalhistas. "Há, na advocacia trabalhista, o que chamamos de honorários de êxito, os quais são pagos em caso de vitória a favor do cliente", disse. Segundo ele, se um determinado escritório, em tese, consegue produzir para seu cliente uma

economia de R\$ 80 milhões, provavelmente receberá honorários de R\$ 8 milhões, equivalentes a 10% do valor da causa.

O ex-sócio do sobrinho de Fernando Henrique, João Bosco de Medeiros Ribeiro, disse ontem que o escritório está se manifestando nos autos da ação popular que corre na Justiça e não pretende polemizar sobre valores de honorários. "Nunca fiz contas", afirmou o advogado.